



Prefeitura Municipal de Serrana

Rua Tancredo de Almeida Neves, 176 - CEP 14.110-000
www.serrana.sp.gov.br e-mail info@serrana.sp.gov.br Telefone (16) 3333-3333

Câmara Municipal de Serrana

**O VETO TOTAL
FOI REJEITADO
na 18ª Sessão Ordinária,
em 19/11/2024.**

**PAULO ROBERTO CASSIOLATO FILHO
Presidente**

VETO TOTAL

**AO PROJETO DE LEI Nº 25/2024
(AUTÓGRAFO Nº 55/2024)**

Ilmo. Senhor
PAULO ROBERTO CASSIOLATO
Presidente da Mesa Diretora
Câmara de Vereadores de Serrana - SP

Senhor Presidente;

Com fundamento no art. 49 da Lei Orgânica do Município de Serrana, acusamos o recebimento do **Projeto de Lei nº 25/2024**, aprovado por esse Legislativo, conforme **Autógrafo nº 55/2024**, que trata sobre a Garantias as Mães com filhos portadores do espectro autista ou tutor/curador legal a propriedade nos programas habitacionais no município de Serrana (SP) e dá outras providências, e por conseguinte o **VETAMOS** pelas razões abaixo.

Verificando os aspectos formais e materiais da norma em comento, chega-se à conclusão de que o caso é de veto integral do presente Projeto pela total e completa inconstitucionalidade em razão de vício formal, conforme *disciplina a questão*.

O Projeto de Lei Legislativo tem como objeto, definido no art. 1º, estabelecer *“a prioridade às mães e responsáveis com filhos portadores do Transtorno de Espectro Autista ou tutor/curador legal, nos programas habitacionais implementados ou promovidos pelo Município de Serrana,”* matéria importante que tem relação com a proteção das pessoas com a deficiência, foco do referido projeto, sobre a qual, conforme define o *art. 24, XIV, da Constituição da República*, compete à União, aos Estado e ao Distrito Federal legislar concorrentemente. Aos Municípios, portanto, compete, no caso, de acordo com o interesse local, suplementar a legislação nacional ou regional, como previsto no art. 30, I e II, da mesma Carta.

A União, no exercício da sua competência, por meio da Lei nº 12.764/2012, instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, na qual estabeleceu as diretrizes para a sua



Prefeitura Municipal de Serrana - SP

Rua Tancredo de Almeida Neves, 176 - CEP 14.150-000
www.serrana.sp.gov.br e-mail info@serrana.sp.gov.br Telefone (16) 3987-9244

consecução, os direitos das pessoas com TEA. Por se tratar de Lei de eficácia nacional, é dispensável a reprodução dessas normas em âmbito municipal, cabendo ao ente local, por meio da sua política de proteção, dar efetividade ao que estabelece a Lei nº 12.764/2012, regulamentada pelo Decreto nº 8.368/2014, considerados os aspectos locais.

No mais, com todo o merecido respeito, o que se pode concluir, ainda, é que o Poder Legislativo Municipal está, no caso concreto, ferindo ao direito de moradia previsto no art. 6º. da CF/88, assim como ao princípio constitucional de igualdade – art. 5º.CF/88 beneficiando uma determinada classe em detrimento a outras, o que o leva a caminhar a inconstitucionalidade.

Se sancionado, a exemplo, como ficariam os direitos dos deficientes visuais, dos portadores de necessidades especiais em geral, daqueles que sofrem de doenças graves, etc?

Todavia, o Executivo Municipal está atento ao tema proposto no referido Projeto, por meio da Secretaria de Assistência Social e Departamento de Projetos, vem estruturando instrumentos de atendimento do público-alvo, bem como desenvolvendo política pública no sentido.

Por fim, o veto a essa proposta devolverá a legalidade e constitucionalidade aos atos, inclusive, preservando o princípio da harmonia e independência dos poderes previsto na Carta Magna - *art. 2º, CF*.

Importante ainda frisar que as atividades administrativas são sempre desenvolvidas para o benefício da coletividade da nossa comunidade, onde a atual administração visa a satisfação do bem comum, sempre atuando com estrita observância dos seus princípios regentes, notadamente, aqueles com assento constitucional: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Mesmo quando se age em vista de algum interesse da Administração, o fim último de sua atuação deve ser, inevitavelmente, voltado para o interesse público em comum, sendo que, se este estiver ausente, a atuação estará inquinada de desvio de finalidade.



Prefeitura Municipal de Serrana - SP

Rua Tancredo de Almeida Neves, 176 - CEP 14.150-000
www.serrana.sp.gov.br e-mail info@serrana.sp.gov.br Telefone (16) 3987-9244

Nessas condições, evidenciadas as razões que me conduzem a **VETAR INTEGRALMENTE** o texto aprovado, vinculados a uma análise estritamente jurídico-constitucional, bem como por razões de interesse público.

Dessa forma, com fundamento nas justificativas acima apresentadas e pela ausência de pertinência e pelo vício da INCONSTITUCIONALIDADE de seus artigos, o Poder Executivo resolve por **VETAR O PROJETO DE LEI Nº 25/2024, AUTÓGRAFO 55/2024**, ensejando assim ao Poder Legislativo, que o acolhendo determine seu arquivamento.

Na oportunidade, renovo-lhe meus protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

PAÇO MUNICIPAL ESTRELA D'ALVA
04 de novembro de 2024.

LEONARDO
CARESSATO
CAPITELI:30495907855

Assinado de forma digital por
LEONARDO CARESSATO
CAPITELI:30495907855
Dados: 2024.11.04 09:19:36
-03'00'

LEONARDO CARESSATO CAPITELI
PREFEITO MUNICIPAL



Câmara Municipal de Serrana

Av. Deolinda Rosa, 1048 – Jardim das Rosas

Serrana/SP - CEP 14.150-000

(16) 3909-0601

<https://www.serrana.sp.leg.br> - camara@serrana.sp.leg.br

COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

RELATÓRIO

Referência: Veto nº 03/2024.

Assunto: Veto Total ao Projeto de Lei nº 25/2024 (autógrafo nº 55/2024), que trata sobre a Garantias as Mães com filhos portadores do espectro autista ou tutor/curador legal a propriedade nos programas habitacionais no município de Serrana (SP) e dá outras providências.

Autoria: Prefeito Municipal.

I – EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA:

Cumpre-nos, na forma do art. 46, §1º do Regimento Interno, emitir parecer quanto aos aspectos de constitucionalidade, de legalidade e de redação do Veto Total ao Projeto de Lei nº 25/2024 (autógrafo nº 55/2024), que trata sobre a Garantias as Mães com filhos portadores do espectro autista ou tutor/curador legal a propriedade nos programas habitacionais no município de Serrana (SP) e dá outras providências.

Segundo a justificativa do presente veto, o Projeto de Lei Legislativo tem como objeto, definido no art. 1º, estabelecer “a prioridade às mães e responsáveis com filhos portadores do Transtorno de Espectro Autista ou tutor/curador legal, nos programas habitacionais implementados ou promovidos pelo Município de Serrana,” matéria importante que tem relação com a proteção das pessoas com a deficiência, foco do referido projeto, sobre a qual, conforme define o art. 24, XIV, da Constituição da República, compete à União, aos Estado e ao Distrito Federal legislar concorrentemente. Aos Municípios, portanto, compete, no caso, de acordo com o interesse local, suplementar a legislação nacional ou regional, como previsto no art. 30, I e II, da mesma Carta.

A União, no exercício da sua competência, por meio da Lei nº 12.764/2012, instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, na qual estabeleceu as diretrizes para a sua consecução, os direitos das pessoas com TEA. Por se tratar de Lei de eficácia nacional, é dispensável a reprodução dessas normas em âmbito municipal, cabendo ao ente local, por meio da sua política de proteção, dar efetividade ao que estabelece a Lei nº 12.764/2012, regulamentada pelo Decreto nº 8.368/2014, considerados os aspectos locais.



Câmara Municipal de Serrana

Av. Deolinda Rosa, 1048 – Jardim das Rosas
Serrana/SP - CEP 14.150-000
(16) 3909-0601
<https://www.serrana.sp.leg.br> - camara@serrana.sp.leg.br

No mais, com todo o merecido respeito, o que se pode concluir, ainda, é que o Poder Legislativo Municipal está, no caso concreto, ferindo ao direito de moradia previsto no art. 6º. da CF/88, assim como ao princípio constitucional de igualdade – art. 5º.CF/88 beneficiando uma determinada classe em detrimento a outras, o que o leva a caminhar a inconstitucionalidade.

Se sancionado, a exemplo, como ficariam os direitos dos deficientes visuais, dos portadores de necessidades especiais em geral, daqueles que sofrem de doenças graves, etc?

Todavia, o Executivo Municipal está atento ao tema proposto no referido Projeto, por meio da Secretaria de Assistência Social e Departamento de Projetos, vem estruturando instrumentos de atendimento do público-alvo, bem como desenvolvendo política pública no sentido.

Por fim, o veto a essa proposta devolverá a legalidade e constitucionalidade aos atos, inclusive, preservando o princípio da harmonia e independência dos poderes previsto na Carta Magna - art. 2º, CF.

Importante ainda frisar que as atividades administrativas são sempre desenvolvidas para o benefício da coletividade da nossa comunidade, onde a atual administração visa a satisfação do bem comum, sempre atuando com estrita observância dos seus princípios regentes, notadamente, aqueles com assento constitucional: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Mesmo quando se age em vista de algum interesse da Administração, o fim último de sua atuação deve ser, inevitavelmente, voltado para o interesse público em comum, sendo que, se este estiver ausente, a atuação estará inquinada de desvio de finalidade.

Nessas condições, evidenciadas as razões que me conduzem a VETAR INTEGRALMENTE o texto aprovado, vinculados a uma análise estritamente jurídico-constitucional, bem como por razões de interesse público.

II – CONCLUSÃO:

O Projeto de Lei ora vetado totalmente não encontra óbice quanto à legalidade e à constitucionalidade, visto que este não invade a competência da União, uma vez que a Lei Federal nº 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos



Câmara Municipal de Serrana

Av. Deolinda Rosa, 1048 – Jardim das Rosas

Serrana/SP - CEP 14.150-000

(16) 3909-0601

<https://www.serrana.sp.leg.br> - camara@serrana.sp.leg.br

da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, não disciplina sobre a prioridade nos programas habitacionais municipais das mães e responsáveis com filhos portadores do transtorno do espectro autista, disposta no projeto de lei em análise.

Ademais, verifica-se que é competência comum promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais, especialmente de grupos vulneráveis, nos termos do art. 23, IX da CF, conforme o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (ADI nº 2298319-19.2022.8.26.0000).

Por essas razões, opino **CONTRARIAMENTE AO PRESENTE VETO DO PODER EXECUTIVO, DEVENDO SER ESTE REJEITADO POR ESTE PLENÁRIO**, nos termos do artigo 49, §§ 2.º e 4.º, da Lei Orgânica do Município de Serrana¹, dependendo de votação de maioria absoluta do Plenário para a aprovação do veto em tela.

III – VOTO:

Em face do exposto, diante da ilegalidade e da inconstitucionalidade do Veto nº 03/2024, opino por sua rejeição.

Voto, portanto, pela sua tramitação em Plenário.

Serrana, 18 de novembro de 2024.


MARIA DA SILVA

Relatora da Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação

¹ “Art. 49. O Prefeito, entendendo ser o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento, comunicando, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente da Câmara, os motivos do veto. (...)

§ 2º **A Câmara deliberará sobre a matéria vetada, em um único turno de discussão e votação, dentro do prazo de 30 (trinta) dias de seu recebimento, considerando-se aprovada quando obtiver o voto favorável da maioria absoluta dos seus membros.**

(...)

§ 4º Rejeitado o veto, o projeto será enviado ao Prefeito em 48 (quarenta e oito) horas para a promulgação.”
(grifo nosso)



Câmara Municipal de Serrana

Av. Deolinda Rosa, 1048 – Jardim das Rosas

Serrana/SP - CEP 14.150-000

(16) 3909-0601

<https://www.serrana.sp.leg.br> - camara@serrana.sp.leg.br

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

A Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação, diante da ilegalidade e da inconstitucionalidade do Veto nº 03/2024, opinou por sua rejeição.

Serrana, 18 de novembro de 2024.

AIRTON JOSÉ BIS

Presidente da Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação

MARIA DA SILVA

Relatora da Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação

THIAGO HENRIQUE DE ASSIS

Membro da Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação



Câmara Municipal de Serrana

Av. Deolinda Rosa, 1048 – Jardim das Rosas

Serrana/SP - CEP 14.150-000

(16) 3987-1320 / (16) 3987-2268

<https://www.serrana.sp.leg.br> - camara@serrana.sp.leg.br

Ofício CMS nº 250/2024

Serrana, 21 de novembro de 2024.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Servimo-nos do presente para comunicar que o Veto Total ao Projeto de Lei nº 25/2024 aprovado por este Legislativo, conforme Autógrafo nº 55/2024, que trata sobre a Garantias as Mães com filhos portadores do espectro autista ou tutor/curador legal a propriedade nos programas habitacionais no município de Serrana/SP e dá outras providências, foi **REJEITADO**, na 18ª Sessão Ordinária realizada em 19 de novembro de 2024.

Anexo a este ofício seguem as cópias do Projeto de Lei nº 25/2024, autoria da Vereadora Rosemeire Aparecida Barbosa Storari, bem como cópia do Autógrafo nº 55/2024, em conformidade com o disposto no parágrafo 4º, do artigo 49, da Lei Orgânica do Município de Serrana.

Respeitosamente,

PAULO ROBERTO CASSIOLATO FILHO

Presidente da Câmara Municipal de Serrana

Ao Excelentíssimo Senhor
Leonardo Caressato Capiteli
Prefeito Municipal de Serrana
Serrana/SP